

APRESENTANTE/PROCURADOR

I - Nome completo: _____

II - Cadastro de Pessoas Físicas – CPF: _____

III - Documento de identificação: _____ Órgão Expedidor: _____

IV - Data de nascimento: _____

V - Nacionalidade: _____

VI – Profissão: _____ Servidor Público: Sim _____ Não _____

VII - Endereço residencial: _____

VIII - Endereço profissional completo: _____

IX - Endereço eletrônico: _____

X - Telefones Residencial: _____ celular: _____

XI - Estado civil: _____ Existência de união Estável: Sim _____ Não _____

Vem requerer a V.Sª o registro do Instrumento particular, com força de escritura pública, celebrado em _____/_____/_____,

na matrícula do imóvel _____, anexando cópias dos documentos pessoais e, prestando todas as informações do Art. 9º do Provimento 88/2019 do CNJ.

OUTORGANTE:

I - Nome completo: _____

II – Profissão: _____ Servidor Público: Sim _____ Não _____

III - Endereço residencial: _____

IV - Endereço profissional completo: _____

V - Endereço eletrônico: _____

VI - Telefones Residencial: _____ celular: _____

VII - Estado civil: _____ Existência de união Estável: Sim _____ Não _____

VIII - Qualificação do cônjuge ou convivente, em qualquer hipótese:

Nome completo: _____

Profissão: _____ Servidor Público: Sim _____ Não _____

Endereço residencial: _____

Endereço profissional completo: _____

Endereço eletrônico: _____

Telefones Residencial: _____ celular: _____

OUTORGADO:

I - Nome completo: _____

II – Profissão: _____ Servidor Público: Sim _____ Não _____

III - Endereço residencial: _____

IV - Endereço profissional completo: _____

V - Endereço eletrônico: _____

VI - Telefones Residencial: _____ celular: _____

VII - Estado civil: _____ Existência de união Estável: Sim _____ Não _____

VIII - Qualificação do cônjuge ou convivente, em qualquer hipótese:

Nome completo: _____

Profissão: _____ Servidor Público: Sim _____ Não _____

Endereço residencial: _____

Endereço profissional completo: _____

Endereço eletrônico: _____

Telefones Residencial: _____ celular: _____

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO

Declaramos para os devidos fins que o imóvel constituído por (endereço do imóvel completo):

_____, foi adquirido pelo preço de _____ e pago da seguinte

forma:

R\$ _____, total em espécie.

R\$ _____, através de cheque nº _____, agência _____, conta _____,

Banco _____, de titularidade de _____

R\$ _____, transferência bancária da conta _____, agência _____, Banco

_____, de titularidade de _____, para a

conta _____, agência _____, Banco _____, de titularidade de

R\$ _____, através de FGTS.

R\$ _____, através de Financiamento bancário.

Requer(em), outrossim, nos termos do artigo 290 da Lei 6015 de 31/12/1973, a redução de 50% nos emolumentos devidos, por tratar de primeira aquisição imobiliária para fins residenciais e financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação, o que declaram sob responsabilidade civil e criminal.

“Outrossim, declaram que concordam que as exigências sejam enviadas, exclusivamente para o e-mail do apresentante”

Requerimento formulado em conformidade o artigo 2º e seus incisos do Provimento nº 61/2017 do CNJ e artigo 9º e seus incisos do Provimento 88/2019 do CNJ.

**Nestes termos,
Pede Deferimento.**

Volta Redonda, _____ de _____ de 20 ____.

DECLARAÇÃO

Declaro(amos) sob responsabilidade civil e criminal para fazer prova junto ao Serviço Notarial e Registral do 1º Ofício desta Comarca, que o imóvel situado na Rua _____

_____,
nesta cidade, refere-se à primeira aquisição da casa própria, destinada à residência do(s) declarante(s), estando, portanto, isento(s) do pagamento do acréscimo de 20% (vinte por cento) instituído pela Lei 713/83 com a redação da Lei 723/84 e das taxas previstas nas Leis 489/81 e 590/82 e dos 5% (cinco por cento) instituído pela Lei 4.664/2005 e 5% (cinco por cento) pela Lei 111/2006.

Volta Redonda, ____ / ____ / ____

COMPRADOR: _____

C.I. REG. nº _____

CPF. nº _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL: _____

O objetivo desta Declaração é atender Provimento nº 88/2019 – CNJ, a qual estabelece os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores visando o controle e acompanhamento dos negócios das “Pessoas Politicamente Expostas”.

DECLARAÇÃO DE PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE – PEP

Sou Pessoa Exposta Politicamente?

() Não () Sim.

• Possuo familiares parentes, na linha direta, até o segundo grau, cônjuge, companheiro, ou companheira, enteado ou enteada), Politicamente Expostos:

() Não () Sim.

Caso tenha assinalado “sim”, preencha abaixo, os dados da pessoa politicamente exposta:

Nome completo: _____

Descrever o parentesco: _____

Especificar o cargo/ função: _____

Período de exercício ou mandato: _____

Identidade: _____ Órgão emissor: _____ Data emissão: _____

Data de Nascimento: _____ CPF: _____

Declaro, para os fins de que as informações aqui prestadas são a expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo quanto à veracidade e exatidão.

Volta Redonda, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura

CPF:

Pessoa Politicamente Exposta é aquela que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos: (i) cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo; (ii) cargo, emprego ou função pública relevante exercido por chefes de estado e de governo, políticos de alto nível, altos servidores dos poderes públicos, magistrados ou militares de alto nível, dirigentes de empresas públicas ou dirigentes de partidos políticos; e (iii) familiares da pessoa politicamente exposta, seus parentes, na linha direta, até o primeiro grau, assim como o cônjuge, companheiro e enteado. São consideradas, no Brasil, pessoas politicamente expostas: (i) os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União; (ii) os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União: a) de Ministro de Estado ou equiparado; b) de natureza especial ou equivalente; c) de Presidente, Vice Presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; ou d) do grupo direção e assessoramento superiores - DAS, nível 6, e equivalentes; (iii) os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores; (iv) os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores Gerais da República e os Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; (v) os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; (vi) os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Presidentes de Tribunal de Justiça, de Assembleia Legislativa e de Câmara Distrital e os Presidentes de Tribunal e de Conselho de Contas de Estados, de Municípios e do Distrito Federal; e (vii) os Prefeitos e Presidentes de Câmara Municipal de capitais de Estados.